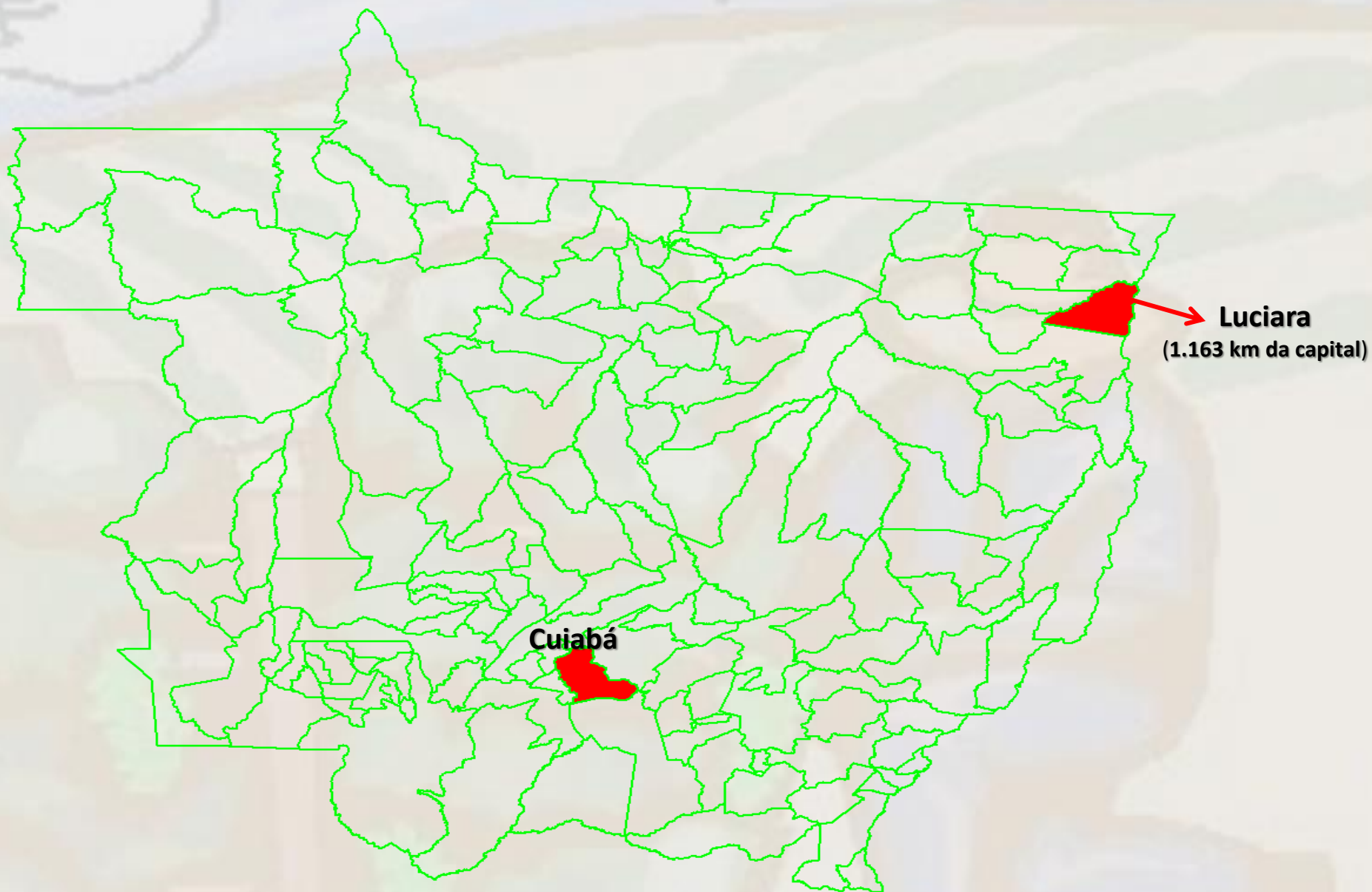




MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL

**DADOS EXTRAÍDOS DA ATA DA 576ª REUNIÃO DA
COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA
NO CAMPO REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE
2013, NO MUNICÍPIO DE LUCIARA, ESTADO DE
MATO GROSSO**

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUCIARA, NO ESTADO DE MATO GROSSO





INSTITUIÇÕES CONTRÁRIAS À CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DENOMINADA MATO VERDINHO, CONFORME PRONUNCIAMENTOS PRESTADOS DURANTE A 576ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO, PRESIDIDA PELO OUVIDOR AGRÁRIO NACIONAL, DESEMBARGADOR GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO, NA CIDADE DE LUCIARA, NO AUDITÓRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT), NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 09 HORAS.



Paz no Campo

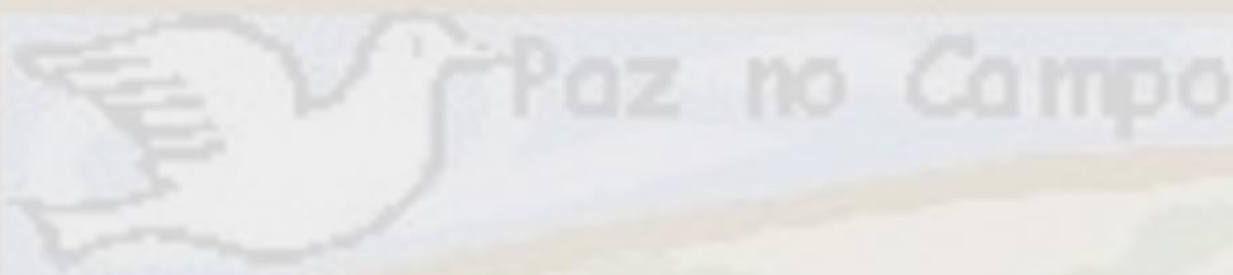


Luciara

PREFEITURA MUNICIPAL

CÂMARA DOS VEREADORES

COMÉRCIO LOCAL



RAZÕES APRESENTADAS PELAS INSTITUIÇÕES CONTRÁRIAS À CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DENOMINADA MATO VERDINHO DE ACORDO, CONFORME OS PRONUNCIAMENTOS FEITOS NA 576ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO.



Paz no Campo



RECLAMAÇÕES

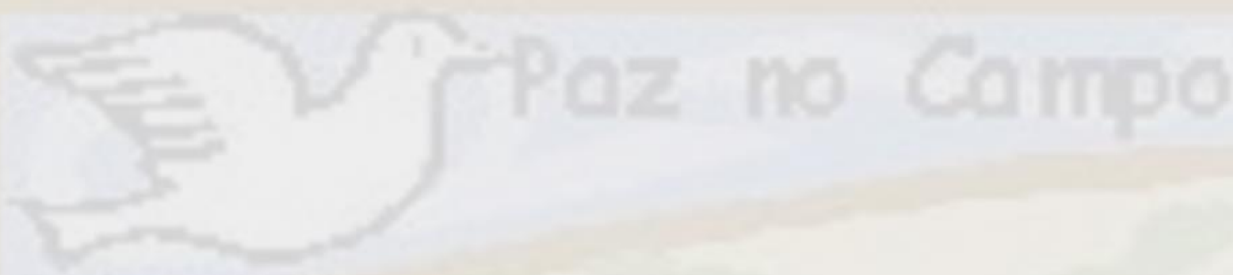
Os posseiros e retireiros não seriam indenizados e ficariam impedidos de cultivar as áreas abrangidas pela criação da reserva.

Falta de critérios do ICMBio para indenização dos posseiros.

A população não foi ouvida acerca da possível criação da reserva.

Prejuízo ao comércio local

Incerteza com relação ao tamanho da área da reserva



ESCLARECIMENTOS DO ICMBIO COM RELAÇÃO ÀS RAZÕES APRESENTADAS PELAS INSTITUIÇÕES CONTRÁRIAS À CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DENOMINADA MATO VERDINHO, CONFORME PRONUNCIAMENTOS FEITOS NA 576ª REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO.



Luciara

**ESCLARECIMENTOS
PRESTADOS PELO
ICMBIO**

Os posseiros não serão indenizados porque receberão a posse da área na forma de concessão de direito real de uso, emitido pelo órgão fundiário competente.

Os proprietários serão indenizados em dinheiro.

As atividades tradicionais dos posseiros, no que tange à criação de gado, roça, pesca e caça não serão impedidas, haja vista que um dos objetivos da criação da reserva é garantir essas atividades na área, não diminuindo, desta forma, o poder aquisitivo da população local.

No pedido de criação da reserva consta área de 35 mil hectares, mas a área definitiva, se for o caso, será fixada somente após audiências públicas com a população local e consultas aos órgãos envolvidos e ao governo do Estado.

O processo de criação da reserva obedece uma série procedimentos, sendo iniciado por um pedido formal dos interessados. A instrução do processo tem três etapas básicas: estudos preliminares, consultas e análise (sendo que o processo de criação se encontra em fase preliminar). A criação definitiva da reserva, se ocorrer, será feita mediante decreto presidencial.



**PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA
OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL
COM RELAÇÃO AO CONFLITO
AGRÁRIO INSTALADO EM
LUCIARA/MT**



PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Quanto à queima da casa do vereador Jossiney Evangelista Silva e às agressões físicas e verbais contra sua pessoa, fatos estes ocorridos no dia 22 de setembro de 2013, cuja ocorrência foi registrada na Delegacia de Polícia Civil local, a Ouvidoria Agrária Nacional remeteu e-mail ao delegado de Polícia Civil de Luciara, doutor Waner dos Santos Neves, em 29 de outubro de 2013, solicitando informação sobre o andamento de possível procedimento instaurado para apurar os fatos noticiados no Boletim de Ocorrência nº 2013.253460 .

No que se refere à denúncia formulada pelo agente fiscal do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea), senhor Tairone Pereira de Sousa, sobre possível registro de escrituras públicas de área sobrepostas no cartório da região, a Ouvidoria Agrária Nacional remeteu em 29 de outubro de 2013 e-mail ao mencionado agente fiscal do Indea, solicitando que informe pelo menos um fato concreto no se refere à denúncia em tela, para que a Ouvidoria Agrária Nacional faça gestão junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Quanto ao assassinato da pessoa conhecida por “João Vaqueiro”, ocorrido na reserva Carajá São Domingos, no município de Luciara, na década de 90, a Ouvidoria Agrária Nacional remeteu em 31 de outubro de 2013 e-mail ao delegado de Polícia Civil de Luciara, doutor Waner dos Santos Neves, solicitando informação sobre possível procedimento instaurado para apurar as circunstâncias do homicídio em tela.



PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Em 29 de outubro de 2013 a Ouvidoria Agrária Nacional remeteu e-mail ao delegado de Polícia Federal de Barra do Garças, doutor Fernando Faria de Lara, solicitando informação sobre o andamento do Inquérito Policial nº 152/2013, instaurado para apurar o incêndio ocorrido em 18 de setembro de 2013 na casa do presidente da Associação dos Retireiros do Araguaia, senhor Rubem Taverny Sales.



Paz no Campo



**PROVIDÊNCIAS
ADOTADAS**

A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo assumiu compromisso de tomar providencias necessárias no que se refere às 23 lideranças indígenas que supostamente foram assassinadas na região de Luciara, no ano de 2003, desde que o vereador de Luciara, senhor Wesley Santos Barros, remeta à Ouvidoria Agrária Nacional matéria com dados concretos, uma vez que, de acordo com a Carta Aberta endereçada em 09 de outubro de 2013 ao ICMbio pelo prefeito de Luciara, senhor Fausto Aquino A. Filho, e pelo presidente da Câmara de Vereadores de Luciara, senhor Celso dos Anjos Feitosa, os supostos assassinatos em tela são “...acusações infundadas como as dos incêndios e tiros ocorridos em Luciara no dia 20/09”.



**PROVIDÊNCIAS
ADOTADAS**

A Ouvidoria Agrária Nacional remeteu em 2 de novembro de 2013 e-mail ao presidente do ICMBio, doutor Roberto Ricardo Vizentin, solicitando providências com relação aos requerimentos formulados pelo prefeito municipal de Luciara, doutor Fausto Aquino A. Filho, mediante Carta Aberta remetida àquele insigne Instituto em 09 de outubro de 2013, cuja cópia foi entregue em reunião que a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo realizou em Luciara, no dia 24 de outubro de 2013, que contou com a presença do coordenador-geral de Criação, Avaliação e Planejamento do ICMBio, doutor Caio Pamplona.



Brasília, 06 de novembro de 2013

**Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da
Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo**

**gercino.filho@mda.gov.br
oan@mda.gov.br**

**Marcelo de Oliveira Nicolau
Assessor
Ouvidoria Agrária Nacional**

marcelo.nicolau@mda.gov.br